

Redes Sociais: tática das famílias frente à exclusão

Dulce Maria Tourinho Baptista *



Foto Xando Pereira

A reflexão em pauta objetiva discutir a constituição das Redes Sociais, como auto-ajuda, diante do desafio da exclusão social que se alastra no mundo, em contínua mudança e crise.

As formas de enfrentamento dessa questão têm, de modo geral, se mostrado anacrônicas. Percebe-se o enfraquecimento de mecanismos institucionais para a distribuição dos ganhos de produtividade e defesa do emprego. Há dificuldades em enfrentar a globalização e/ou sair da transição liberal, onde existe a predominância do "pensamento único"⁽¹⁾ do pós-modernismo, que impede de recriar um Estado social mais igualitário, no qual as novas possibilidades de construir riquezas se transformem em um bem universal.

Assim sendo, mudam de enfoque os agentes so-

ciais e as estratégias emancipadoras para a construção do futuro, nesse mundo hoje comandado pelos mercados financeiros globalizados. As possibilidades de transformação consistem em pensar como unir forças emergentes e fragmentadas de mudanças que, se articuladas, podem atingir as estruturas. As perspectivas vão ao encontro do que pensa Lechner (1990), quando diz que não há condições objetivas para as contradições do capitalismo.

O espaço social global

Modifica-se aceleradamente o perfil do Estado, do mercado, do trabalho, da sociedade civil, da relação entre países. O Estado, imprescindível para coordenar e conduzir um processo de desenvolvimento econômico sustentado com distribuição de renda, diante das transformações advindas com a globalização, passa por um processo de enfraquecimento e falta de recursos, abandonando à própria sorte parcelas de grupos sociais, já historicamente excluídos dos benefícios do desenvolvimento econômico.

As novas tecnologias vêm gerando crescente polarização econômica, desemprego e exclusão. Os computadores, as telecomunicações, a biotecnologia e outros avanços introduzidos pela revolução tecnológica, duplicaram, nos últimos vinte anos, o volume do conhecimento técnico que a humanidade acumulou durante a sua história. Isso quer dizer que, por um lado, agora mais do que nunca se tem a capacidade técnica para enfrentar as dificuldades, mas, por outro lado, a rapidez nas mudanças tecnológicas não é acompanhada pelo reordenamento das instituições e organização social. A tecnologia moderna exigiria um redirecionamento nas instituições a fim de que a capacidade técnica fosse subordinada às efetivas necessidades dos seres humanos. Mais do que de uma nova tecnologia precisar-se-ia de uma nova articulação e operacionalização de novas relações sociais na administração e distribuição dos recursos existentes.

Verifica-se com as novas tecnologias e informatização que, "enquanto trabalhadores supérfluos são demitidos, crescem os lucros dos empresários" (Kurz, 1996). São as empresas globalizadas e avançadas em tecnologia, as mais competitivas e que mais se mobilizam para aumentarem os seus lucros.

Seria presumível que, com o desenvolvimento tecnológico e a globalização, houvesse diminuição dos custos e aumento da produtividade, podendo-se as-

sim suprir a falta de bens da população. Poder-se-ia trabalhar menos com a possível diminuição da jornada de trabalho, desfrutando mais o tempo livre. Todavia, vem sendo comprovado pela história da modernidade que a globalização vem gerando o aumento do lucro privado, o crescimento do desemprego, da desigualdade, da exclusão e miséria social, reforçando o constatado por Milton Santos, quando diz que "o que globaliza separa; é o local que permite a união."⁽²⁾

A exclusão social das famílias

As famílias pobres estão inseridas nesse processo de polarização cada vez maior entre ricos e pobres, vivenciando o impacto geral da exclusão pela impossibilidade de ingresso no mercado formal de trabalho, o que vem provocando a destruição das suas redes tradicionais de sobrevivência. Passam a pensar o seu lugar no mundo a partir de uma lógica da reciprocidade, necessária para enfrentar os problemas sociais. Quanto menor a estabilidade garantida pelo mundo externo, tanto mais intensa se faz a construção das redes de solidariedade familiar e social.

As famílias excluídas são segregadas, discriminadas, não têm espaço civil, devido ao fato da sua vida privada estar sujeita, cotidianamente, à violência, sem o usufruto de bens e serviços básicos e sem a penetração no mercado de trabalho. Calcula-se hoje que a fome atinge 9 milhões de famílias e que há 800 milhões de desempregados/ou subempregados no mundo.⁽³⁾

Existe, na sociedade brasileira, a sedimentação de um quadro constante de desigualdade, pobreza e exclusão. Eram, segundo Nascimento, "os excluídos necessários", que respondiam como mão-de-obra disponível, num primeiro momento, às necessidades da acumulação do capital industrial. Hoje a reprodução da exclusão social é mais grave pois são excluídos desnecessários:

"com a eliminação crescente do emprego a questão social passa a ser outra: o surgimento de contingentes populacionais economicamente "desnecessários". O excluído anterior, como o escravo, não era apenas necessário, como indispensável à economia colonial, mesmo que considerado como uma simples mercadoria. Hoje os seus descendentes, entre outros, são considerados como cidadãos, mas "desnecessários" do ponto de vista da produção" (1994 : 42).

Um chefe de família desempregado é um passo a caminho da exclusão. Das famílias excluídas, asso-

ladas pela pobreza e vítimas do desemprego tecnológico e subemprego, é roubado o direito à cidadania. Os espaços sociais (como os territoriais) se distinguem entre os que detêm e os que não dispõem de bens, de capital social e cultural para se fazerem reconhecer, ou seja, entre as famílias que portam o estatuto de cidadã e aquelas excluídas, às quais é negado o direito de reconhecimento na esfera pública.

A família necessita do trabalho para garantir a sua reprodução. Sem o vínculo formal com o trabalho, perde também o seu lugar de cidadania na sociedade. É descredenciada de reconhecimento e vista discriminatoriamente.

A cidadania no Brasil está assentada em um espaço de igualdade política, jurídica e social. Entretanto, o que chama a atenção "é a constituição de um lugar em que a igualdade prometida pela lei reproduz e legitima a desigualdade" (Telles 1992: 35).

Dentro dessa lógica de "igualdade para todos", a exclusão das famílias passa a instalar-se no imaginário liberal universalista pré-existente, fixado como marca de inferioridade, de atraso, de ignorância, de violência, de vadiagem, de criminalidade, de pobreza. É um modo de ser que descredencia as famílias na esfera pública para o exercício de seus direitos, em uma sociedade que nega a alteridade, e traz à tona esse imaginário carregado da tradição de um passado conservador, escravista, com a percepção de cidadania associada com o privilégio de classe do proprietário cidadão.

A viabilização de alternativas viáveis para a saída da crise e para a construção da cidadania implica, desse modo, a luta e articulação do espaço local e cotidiano da vida das famílias, conectada a uma busca mais ampla pelos seus direitos, no espaço público.

A família necessita do trabalho para garantir a sua reprodução. Sem o vínculo formal com o trabalho, perde também o seu lugar de cidadania na sociedade. É descredenciada de reconhecimento e vista discriminatoriamente.

A crise do Estado

O não-exercício da cidadania e as práticas de exclusão social, associadas à desigualdade e pobreza, na sociedade brasileira, têm uma dimensão histórica. As relações entre as classes sociais configuram, ao longo do seu desenvolvimento, o exercício do controle social, político e econômico centralizado em um grupo de elite, com grande concentração de renda e poder, contrastando com a pouca participação, precárias condições de vida e submissão da grande parcela da população. Observa-se a fraqueza do Estado regulador, ou seja, de defesa do interesse público. Sofre a influência da força de grupos organizados, que lutam pela hegemonia, constituindo-se em um Estado econômica e politicamente débil na defesa dos interesses públicos.

Aliado a esse desempenho pouco efetivo, constata-se hoje, universalmente, a crise do Estado de Bem Estar Social, que assumia boa parte dos encargos de regulação e da reprodução da força de trabalho, oferecendo uma compensação pelo desgaste provocado pelo processo produtivo. O Estado era o fiador do compromisso capital-trabalho da sociedade fordista, e um dos principais componentes da paz social que acompanha a etapa precedente da expansão capitalista. As políticas de ajuste, mais radicais, têm diminuído a sua atuação pela redução de gastos na área social. Vem havendo queda da receita fiscal, e as empresas questionam os níveis de encargos sociais vigentes. Verifica-se assim, o desequilíbrio no poder de regulação do Estado, o que consiste no "desenvolvimento hipertrofiado do mercado em detrimento do princípio do Estado e de ambos em detrimento do princípio da comunidade" (Santos, 1995:237).

A crise do Estado de Bem Estar vem associada à crise do Estado Nação, na medida em que deixa de cumprir a função protetora das economias nacionais, transformando-se num instrumento de adaptação das economias nacionais à economia mundial.

Nesse contexto de indefinição das formas de realização do modo de desenvolvimento e de como se estrutura a matriz político institucional, constatam-se sinais de crise e de implosão das relações sociais; verifica-se a ausência de projetos sociais. A sociedade e/ou sujeitos sociais distintos, em locus institucionais diferentes, enfrentando problemas diversos, necessitam adotar soluções não-similares, mas que obedeçam a uma mesma lógica, somando-se para atuar, no espaço público, com a vontade coletiva no enfrentamento da crise.

Desemprego e crise da sociedade do trabalho

O aumento do desemprego acontece em virtude do agravamento da recessão observada a partir da década de 90, piorando as condições do mercado de trabalho, aliado às mudanças que se operam no cenário internacional, no plano da competitividade capitalista.

Constata-se que as empresas absorvem menos trabalhadores, provocando demissão em massa, pré-aposentadoria, desmonte do sistema de promoção por tempo de serviço, falta de estabilidade no emprego, esvaziamento dos sindicatos, flexibilização das leis trabalhistas - esquecendo-se que estas são fruto da luta histórica dos trabalhadores.

Estas mudanças estão associadas à reestruturação produtiva com as novas tecnologias e ascensão do trabalho qualificado, e à terceirização que nada mais é do que a degradação da condição política do trabalho, pela sua exclusão da economia formal.

É a crise da sociedade do trabalho; é o fim das utopias que moveram as ações coletivas nos últimos dois séculos, baseadas na construção da sociedade estruturada em torno do valor trabalho.

No final dos anos 70 acreditava-se que os impactos positivos de um mercado de trabalho dinâmico acabariam por superar as condições de reprodução da pobreza. Hoje é o próprio mercado que é visto como um fator de geração de pobreza, refletindo o quadro dos desempregados, excluídos, tanto do mercado de trabalho como do consumo. O crescente desemprego diminui o poder de compra da sociedade, fazendo com que inexistam compradores para a quantidade cada vez maior de mercadorias. Assim sendo, a tendência é que as características diferenciadas do mercado de trabalho devam se aguçar e não diminuir, pois o desemprego triplicou entre 1970 e 1992, ⁽⁴⁾ associado à absorção de mulheres e crianças na força de trabalho, pela emergência da necessidade de sobrevivência das famílias.

No desenvolvimento e continuidade das atuais relações políticas, econômicas e sociais, sob o capitalismo globalizante, certamente este quadro de exclusão continuará a expandir-se de forma crescente, descolada até da própria lógica da acumulação.

Essas determinações estão relacionadas entre si, agindo e interagindo na atual conjuntura e na dinâmica das famílias. As famílias excluídas estão a aumentar na sociedade e a tendência é crescerem

ainda mais pelos rumos da globalização, da desnacionalização, da desestatização.

Não sendo mais absorvidas pela indústria, essas famílias excluídas do emprego vão para o setor de serviços que hoje se automatiza. Então, em decorrência da ausência de emprego formal, toma-se relevante o engajamento no mercado informal, no desempenho do trabalho precário, parcial, temporário, subcontratado e terceirizado, com as desvantagens de variação de rendimentos, ausência de qualquer cobertura por parte da assistência social, falta de amparo legal ou regulamentação de trabalho. Calcula-se que hoje, no Brasil, 30 milhões de pessoas produzam 200 bilhões de dólares na economia informal, ⁽⁵⁾ constatando-se que o mercado informal não contém apenas o mundo dos excluídos.

Rearticulação dos espaços comunitários cotidianos

É imperativo refletir sobre a possibilidade de construção de um novo espaço social e de novas identidades coletivas e socialidades, em que as famílias dos excluídos sociais, como sujeitos das suas vidas, possam ir tomando conhecimento das amarras das redes de dominação e poder, sabendo sobre si, descobrindo e construindo novas formas de trabalho e modos de vida que venham a transformar o mundo e mudar suas vidas.

Há de se buscar novas formas de ser. Existe a necessidade/possibilidade de se resistir fora da lógica do capital, investindo recursos fora do lucro e construindo cidadania e subjetividades emancipadoras no espaço público, fora da lógica do mercado. Percebe-se que acumulação e nova ordem distributiva não são conciliáveis. Os parâmetros éticos de cidadania e de justiça, necessários à mudança social, necessitam ser redimensionados.

Um dos desafios do presente é pensar em uma contra-hegemonia, em novas articulações de grupos locais, populares, familiares, excluídos, que ainda não sistematizaram o seu saber para se colocar em articulação nas relações de poder. "É recuperando os pensamentos dos oprimidos e marginalizados que vamos buscar energia para repensar, de alguma maneira, um novo paradigma social" (Santos: 1995).

Segundo Foucault, o caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra o seu exercício não possam ser feitas de fora, do exterior, de outro lugar qualquer, pois nada está isento das relações de poder. A emergência dessas lutas, diz respeito à en-

trada em cena de forças. A existência do poder, das regras, possibilita a inversão de uma relação de forças. Ao apossarem-se das regras estabelecidas as forças podem caminhar em uma nova direção, possibilitando que sejam dominados os que dominam. Qualquer luta é sempre em torno de um foco particular de poder e uma forma de resistência dentro da própria malha do poder.

"Portanto não existe em relação ao poder, um lugar de grande recusa (...) Mas sim, resistências, no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder". (Foucault, 1993: 91)

Se o discurso do dominado se mantiver em segredo e não emergir, como que ele vai ter força e poder? Além da verdade nascida dos discursos da cientificidade, há a verdade que emerge, historicamente, de situações de luta concreta, dos saberes desqualificados. Essa é para Foucault a correlação de força, é o jogo do poder e saber e a articulação na busca da liberdade.

A exploração, nas relações de trabalho, era tida como a matriz predominante na análise das relações capitalistas de produção. De exploração, o eixo das contradições passou para a exclusão, pois, hoje, um grande contingente não entra nas relações de produção. As famílias excluídas já não são população explorada e sim população sobrando, ou seja, a que está à margem do mercado, pois sendo ela, na sua maioria, desempregada e subempregada, sem qualificação específica, é destituída do seu estatuto de trabalhadora.

Alternativas de como criar novos empregos e novas formas de viver vêm sendo discutidas. Apontam-se caminhos para pequenas empresas, construção de habitações e obras públicas, turismo, agricultura familiar, cooperativas ou outras modalidades associativas. São algumas dessas novas formas de socialidade do capital e trabalho que podem ser operacionalizadas, principalmente aquelas que apontam para formas associativas de mobilização frente ao complexo processo excludente atual. Kifkin (1996) aponta para o estreitamento dos laços comunitários: "O serviço comunitário é uma alternativa revolucionária às formas tradicionais de trabalho. Diferente da escravidão, da servidão e do trabalho assalariado, não é produto de coação nem de relação fiduciária. É uma ação de ajuda".

Antunes (1996) indica que a humanidade deve estar voltada para produzir valores de uso socialmente

necessários e não valores de troca para um mercado segmentado e excludente. Tempo disponível para produzir coisas úteis. Com o padrão tecnológico conquistado nesse fim de século, poucas horas de trabalho diário de todos seriam necessárias para a sobrevivência do conjunto da humanidade. Mas para isso é preciso quebrar a lógica destrutiva que preside a sociabilidade contemporânea.

Gorz (1996: 139,143) aponta para as possíveis transformações, dizendo que:

"para a grande maioria das pessoas, a produção de si, a produção de sentido e a produção de relações sociais se efetuam principalmente durante o tempo fora do trabalho"... "Teremos ultrapassado a sociedade do trabalho assalariado - e com ela o capitalismo - quando as relações de cooperação voluntária e de trocas não-mercantis auto-organizadas se impuserem sobre as relações de produção capitalistas: sobre o trabalho-emprego, o trabalho-mercadoria. Essa superação do capitalismo está inscrita na lógica da mutação técnico-econômica em curso. Mas ela só levará a uma sociedade pós-econômica, pós-capitalista, se essa sociedade for projetada, exigida por uma revolução tanto cultural quanto política: quer dizer, se os *atores sociais*, se apoderarem do que é apenas uma mutação objetiva para se afirmarem como sujeitos da libertação que essa mutação torna possível."

A própria vida em relação ao trabalho, das famílias excluídas, é a expressão da violência que sofrem e uma das formas pelas quais reagem e sobrevivem a essa cruel segregação é o associativismo. Estas famílias são submetidas à invalidação cultural pelo próprio trabalho, com a perda dos seus conhecimentos e valores. Possuem um enorme saber na produção do trabalho não-alienado. Quando se engajam no mercado têm que se submeter a uma organização de trabalho que lhes é estranha. Este vai ser o trabalho que as sustenta mas também que as embrutece e as desumaniza. Esse processo leva à transformação da rede de relações que tornavam o espaço significativo e essas mudanças radicais nos modos de vida ao nível do trabalho vão refletir-se sobre a sua identidade. É todo um processo dinâmico de transformação-destruição e recriação, tanto nos modos de vida quanto nas relações com o espaço e nos referenciais simbólicos, que marca a sua experiência social. Constroem a sua identidade de forma singular dentro da universalidade. Suas expressões, manifestações, possuem representações, um imaginário simbólico que se renova, e que é resultante de um processo histórico. Esses significados caracterizam a cultura da pobreza:

"... a cultura da pobreza não é somente uma questão de privação ou desorganização, um termo significando a ausência de algo. Ela é uma cultura no sentido antropológico tradicional na medida em que proporciona aos seres huma-

nos um esquema de vida, um conjunto pronto de soluções para problemas humanos e assim desempenha uma significativa função adaptativa". (Oscar Lewis, 1966: 19)

É nessa cultura que vêm sendo impulsionadas as Redes Sociais, construídas cotidianamente pelas famílias no processo de exclusão social. Atuam no interior das suas vidas, constituindo-se em relações de sua sustentação na sociedade.

Na atualidade, com as configurações impostas pelo neoliberalismo e as novas relações capitalistas, constata-se a re-definição dessas práticas de solidariedade, que, com penetração na microestrutura da sociedade, segundo Tilman Evers, vêm construindo a "face oculta dos novos movimentos sociais":

"o caminho desse processo criativo é necessariamente aberto, embrionário, descontínuo, e permeado de contradições, portanto, difícil de captar. São passos iniciais na direção de uma sociedade alternativa, representando algo como a *parte dos fundos*, não-organizada, da esfera social, cuja parte da frente - a dos reforços mútuos, sistêmicos e bem estabelecidos - é ocupada pela sociedade dominante (1984:12).

A construção dessas sociabilidades⁽⁶⁾ pelas famílias, com a articulação de valores, normas, tradições, é viabilizada pelas Redes, pois, estas famílias, não tendo acesso aos direitos sociais, constroem laços sociais de solidariedade, interconhecimento e entreajuda. Constituem-se em unidades fundamentais de vida social, envolvendo as famílias na sua vida por inteiro, diante do desafio da exclusão social. São relações primárias, espontâneas, entre iguais. Consistem na troca permanente de serviços, em um apoio coletivo na solução de problemas e reciprocidade no sistema de cooperação, baseado em uma igualdade fundamental da necessidade entre os seus membros. Nasce no espaço doméstico, espaço íntimo de existência e de construção de identidade, e apresentam-se como esquema de mútua dependência dentro de um limite muito estreito de sobrevivência que lhes rege a vida.

A tática das Redes é o apoio incondicional na vida afetiva, social, habitacional, material, servindo para o ajustamento social; apoio às necessidades, ajuda trabalhista na cooperação para aprender um ofício e obtenção de empregos no mercado formal e informal; empréstimos, troca de informações, prestação de serviços (alojamento, mutirão para construção, transportes, cuidados com crianças), apoio moral, companhia, funcionando também como intermediação para famílias migrantes, no seu deslocamento do meio rural.

É de fundamental importância refletir sobre esse turbilhão de canais que se criam através das Redes,

analisando o verdadeiro sentido que elas encerram. Melo(1995:54), pensando sobre esse aspecto, não sabe se é a solidariedade o sentimento que predomina:

"... creio, porém, que ele está mais próximo do conhecimento da verdadeira dimensão da carência, ou seja, esses sentimentos, quaisquer que sejam os seus nomes, são frutos de uma experiência real de ajuda. É importante levar em conta a prática da ajuda mútua para não cairmos na armadilha da solidariedade abstrata que idealizamos ou negamos que as classes populares possuam. Aquela que existe não é de fácil descrição ou fixação conceitual. É nascida da experiência comum de necessidades vitais minimamente supridas. Não é sentimental, mas dura como a vida que levam. Não se manifesta com alarde, mas é calada, apegada à sobrevivência. É feita de contradições, pois é calculista e impulsiva, quase instintiva e essencialmente humana".

A primeira dessas Redes é a própria família. Estendem-se do núcleo familiar para relações mais ampliadas, incluindo as relações de parentesco, de vizinhança, de conterraneidade, de amizade, de sociabilidade, de compadrio, de apadrinhamento, de auxílio mútuo, de trabalho, no espaço do seu entorno, ou seja, no mundo familiar, da vizinhança, e/ou no "pedaço". São movidas pela reciprocidade, cooperação, afetividade, solidariedade e união para enfrentarem os desafios em comum. Constituem-se, enfim, em aglomerados familiares, em pilares sobre os quais as famílias constroem e re-constroem a sua identidade, em resposta às condições normais de existência, à estigmatização sociocultural enfrentada, e aos desafios decorrentes da escassez, do desemprego e da exclusão de que são vítimas.

Nessas Redes são intercambiados e expressos os modos de ser, viver, trabalhar, agir, sentir, pensar, lutar, sobreviver, sonhar, reivindicar, resistir. As famílias vivem aí as relações socioculturais, as relações cotidianas de exploração, dominação, antagonismo, conformismo, resistência e complementaridade.

Como exemplo, constata-se o surgimento de Redes informais de trabalho, onde a mulher que necessita trabalhar paga para uma outra cuidar dos seus filhos, garantindo desse modo o trabalho externo da mãe que paga e o aumento da renda da que cuida, associado ao não-abandono das crianças na rua. Verificam-se também os esquemas de mutirão para construção de habitações e outras inúmeras práticas sociais que vão interferir, positivamente, na qualidade de vida e na defesa de formas mais dignas de viver.

A Rede é uma das alternativas de articulação diante das forças do poder vigente e da cultura de dominação que a família excluída desencadeia no seu espaço cotidiano. É uma estratégia significativa, já que, numa Rede, a família não é "pólo oposto a um coleti-

vo sufocante, mas elemento constitutivo, ainda que não necessariamente libertário" (Schwartz, 1995). Entretanto, em uma articulação como a das Redes, em que as pessoas se relacionam de modo igualitário, propicia-se o desenvolvimento da individualidade, desde que haja a autonomia, que envolve, segundo Sarti (1995:46):

"tanto o sentido de si como o sentido do outro, ou seja, a definição dos limites pessoais e a atenção às necessidades do outro. Respeitando-se os limites da autonomia, podem ser modificadas as relações de autoridade, a divisão de papéis, a cooperação financeira dentro de uma lógica que não é funcional, nem instrumental, mas fundamentalmente simbólica, requalificando todo o universo da afetividade".

As famílias excluídas vivenciam, interpretam, criam sinais positivos ou negativos, produzem discursos com significados e sentidos sobre a realidade, que deve ser entendida também pela sua grandeza valorativa e simbólica. Kowarick (1991:3), baseado em Thompson, diz que:

"a pauperização e espoliação são matérias-primas que alimentam os conflitos sociais - mas entre as contradições imperantes e as lutas propriamente ditas há um processo de produção de experiências que não está de antemão tecido na teia das determinações sociais".

O espaço/tempo de luta das famílias colocam-se a partir de rupturas e resistências desencadeadas no seu cotidiano e estas podem vislumbrar a possibilidade social de se engajarem na ação em busca de seus direitos de cidadania.

A tradição mantém-se nas Redes como uma referência fundamental de existência. É uma re-definição da tradição, conforme o explicitado por Giddens (1991:177):

"propiciaria um embasamento para o sentido da segurança ontológica, reforçado pela consciência de um universo social sujeito ao controle humano. Este não seria um mundo que desmorona para fora em organizações descentralizadas, mas entrelaçaria o local e o global de uma maneira complexa"

A Rede é uma das alternativas de articulação diante das forças do poder vigente e da cultura de dominação que a família excluída desencadeia no seu espaço cotidiano.

A reflexão está em demonstrar a significância dessa tática diante da trama nesse final de século. A alternativa das Redes pode ter um sentido criador e instaurador de novas relações sociais a partir do instituído, definindo o seu caráter instituinte.⁽⁷⁾ A sua operacionalização não se constitui em resposta única ao exercício prático da cidadania. Esta luta vai mais além. Está inserida, de forma mais ampla, na construção do espaço público associado ao Estado.

Finalizando, parafraseia-se Boaventura Santos (1995), quando, analisando a construção multicultural da igualdade e da diferença, diz que o imperativo categórico é: "temos o direito de sermos iguais quando as diferenças nos inferiorizam, e temos o direito de sermos diferentes quando as igualdades nos escravizam". As *Redes Sociais* podem ser caracterizadas como novas articulações, *direito de ser diferente* e formas de luta em busca da igualdade (uma globalização de baixo, das famílias excluídas como forças emergentes e contra-hegemônicas), *quando a igualdade* (desigualdade preconizada pelo mundo globalizado e excludente da aldeia global), nos *escraviza*.

Notas:

- 1 Conforme têm explicitado pensadores europeus como Pierre Bourdieu, Alain Touraine, Antonio Negri, na luta contra o "pensamento único" neoliberal, do pós-modernismo, diante da crise atual.
- 2 Debate sobre *Fronteiras*, da série Diálogos Impertinentes. Promoção PUC-SP e Jornal Folha de São Paulo (São Paulo, 1995).
- 3 Segundo estimativas apresentadas no Fórum Econômico de Davos, Suíça.
- 4 Dados do Informe sobre Desenvolvimento Humano - PNUD, 1993.
- 5 Conforme dados Brasil subterrâneo. In: Revista Veja, 06/09/1995.
- 6 Socialidades construídas nas Redes vistas como: "práticas de solidariedade interna para se protegerem contra as representações negativas construídas pelo restante da sociedade; vínculos criados em torno de um destino comum, sem que haja necessariamente relações de parentesco. Laços de solidariedade *orgânica* em vias de fragmentação. Princípios comunitários e valores simbólicos que são investidos no intuito de substituir vazios criados pela forma como se processa a fragmentação da coesão social. Incluem uma dimensão simbólica e uma dimensão material" (Nascimento, 1994b).
- 7 Castoriadis ressalta que "enquanto instituinte e enquanto instituída a sociedade é inteiramente histórica, ou seja, auto-alteração. A sociedade instituída não se opõe à sociedade instituinte como um produto morto ou uma atividade que o originou; ela representa a fixidez/estabilidade relativa e transitória das formas-figuras instituídas e pelas quais somente o

imaginário radical pode ser e se fazer ser como social-histórico(...) Cada sociedade faz ser também seu próprio modo de auto-alteração, que podemos também denominar sua temporalidade, isto é, se faz ser também como modo de ser." (1982:415-16).

Referências Bibliográficas:

- ARENDRT, Hannah. *A condição humana*. RJ, Forense, 1993.
- ANTUNES, Ricardo. Contra a lógica da produção destrutiva. In: *Caderno Mais*. SP, Folha de SP, 03/03/1996.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. RJ, Paz e Terra, 1982.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I - A vontade de saber*. RJ, Graal, 1993.
- GORZ, André. *Saindo da sociedade do trabalho assalariado. In São Paulo em Perspectiva*. SP, SEADE, 1995.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade*. SP, UNESP, 1991.
- KIFKIN, Jeremy. O fim dos empregos. In *Caderno Mais*. Folha de SP, 3/03/1996.
- KOWARICK, Lúcio. Cidade e cidadania. Cidadão privado e subcidadão público. In *São Paulo em Perspectiva*. SP, SEADE, 1991.
- KURZ, Robert. *O colapso da modernização*. RJ, Paz e Terra, 1993.
- _____. O torpor do capitalismo. In Folha de SP, *Caderno Mais*. SP, 11/2/1996.
- LECHNER, Nobert. *Los patios interiores de la democracia - subjetividad y política*. Santiago, 1990.
- LEWIS, Oscar. *The culture of poverty*. In *Scientific American*, vol. 215, n 4, 1966.
- MELLO, Sylvia Leser. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: *A família contemporânea em debate*. SP, Cortez/EDUC, 1995.
- NASCIMENTO, Eliamar. Exclusão: a nova questão social. In *Proposta*, n 61, 4/1994.
- _____. *Hipóteses sobre a nova exclusão social: dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários*. Caxambu, MG, XVIII Encontro anual da ANPOCS, mimeo, 1994 b.
- SANTOS, Boaventura de Souza. *Pela mão de Alice*. SP, Cortez, 1995.
- _____. A construção multicultural da igualdade e da diferença. In *Palestra de abertura no Congresso Brasileiro de Sociologia - Desigualdade e Pobreza*. RJ, setembro de 1995.
- SARTI, Cynthia A. Família e individualidade: um problema moderno. In: *A família contemporânea em debate*. SP, Cortez/EDUC, 1995.
- SCHWARTZ, Gilson. Sociedade de redes. In *Caderno Mais*. Folha SP, 19/11/1995.
- SILVA, Josué Pereira da. A crise da sociedade do trabalho em debate. In *Lua Nova*. SP, CEDEC, 1995.
- TELLES, Vera. *Cidadania inexistente: incivilidade e pobreza*. SP, USP/Doutorado, 1992.
- _____. Pobreza e cidadania: dilemas do Brasil contemporâneo. In *Cadernos CRH*. Salvador, UFBA, jul/dez 1993.

* Dulce Maria Tourinho Baptista é Doutoranda em Ciências Sociais pela PUC/SP.